

AP7

[Handwritten signature]

Reunião Ordinária – Ata nº 20/2012

Data – 2012-10-22

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.32 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Resumo Diário da Tesouraria de 19-10-2012:

a) Dotações Orçamentais..... €5.527.842,14
b) Dotações não Orçamentais..... €56.793,16

Total das Disponibilidades €5.584.635,30



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Encontrava-se inscrito para estar presente na reunião o munícipe Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias, mas não compareceu na mesma, pelo que a Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por dar conta do Auto de Vistoria elaborado no dia 18 de outubro de 2012, na sequência da derrocada de um imóvel face a obras levadas a efeito sem o respectivo licenciamento, na Rua D. Miguel de Almeida, com os números de polícia, 11,13,15,17,19 e 21, freguesia de São João, em Abrantes, propriedade de Joaquim Ribeiro e outros.

Deu igualmente conta da informação nº 40/12/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 22 de outubro de 2012, na qual faz o ponto da situação relativamente a este assunto e a informar designadamente, o seguinte:

"Em 29.06.2012 informou o Serviço de Fiscalização Municipal haver verificado, em 27.06.2009, indícios de realização de obras nos imóveis, com os nºs de polícia 7,9 e 11 sítos na Rua Dom Miguel de Almeida pelo que solicitou autorização ao Sr. Dr. Joaquim Ribeiro, na qualidade de proprietário, para verificação do cumprimento das mesmas face ao RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e do Regulamento de Salvaguarda dos Centros Históricos, publicado em anexo ao Regulamento do PUA, Aviso nº. 10327/2009.

Negou o proprietário tal procedimento declarando que deveria ser notificado pelo tribunal para autorizar tal ato.

Em 05.07.2012 foi solicitado apoio jurídico para que se solicitasse mandado judicial para se proceder a ato inspetivo, nos termos do disposto nº3 do artigo 95º do RJUE.

Em 09.07.2012 informaram os serviços jurídicos da câmara municipal de que deveria ser averiguado se algum dos locais que se pretendia fiscalizar servia de habitação, pois só quanto a este seria necessário o mandado judicial.

Se tal não se verificasse, e antevendo-se a ocorrência de oposição do proprietário, sugeria-se que se solicitasse a colaboração das autoridades policiais competentes a fim de, no dia designado, acompanharem a fiscalização municipal na realização das verificações e demais diligências fiscalizadoras, conforme o disposto no art. 94º, nº 4, do RJUE.

Em 13.07.2012 e na sequência do proposto e superiormente decidido, foi telefonicamente solicitado ao comando da PSP de Abrantes apoio em ato fiscalizador. Por proposta do mesmo comando foi, na mesma data, contactada telefonicamente a Sra. Delegada do Ministério Público tendo a mesma informado que sem qualquer auto de notícia já levantado ou prova evidente de desconformidades como o RJUE a entrada nos edifícios em causa poderia pressupor invasão de propriedade.

Nestes termos foi solicitado à Coordenadora do gabinete Mais Rua e ao coordenador do SFM apoio no sentido de poder se obtido qualquer dos elementos referidos pela Sra. Delegada.

Em 03.10.2012 e após anexação ao processo de vídeo demonstrando a chegada de materiais que poderiam fazer concluir pela existência de obras a serem executadas sem qualquer

controlo prévio, da anexação de fotografias de carga e descarga de materiais, e de reclamação apresentada por confinante que anexava fotografias das obras em curso, foi determinado a realização de ato fiscalizador a ter lugar com o apoio de forças policiais.

Em 11.10.2012 tentou-se proceder ao ato inspetivo superiormente determinado tendo, perante a possibilidade do mesmo, declarado o Sr. Dr. Joaquim Ribeiro, ao agente que acompanhava os técnicos do município, que não autorizava a entrada no local onde decorriam os trabalhos sem mandato judicial.

Na mesma data foi superiormente proposto que, de novo, se solicitasse apoio jurídico para obtenção de mandato judicial para entrada no local da obra nos termos do disposto no nº 2 e 3 do artº95º do RJUE.

Em 18.10.2012, e quando internamente corria tramitação para solicitação do atrás referido mandato judicial, apresentou ao município o Sr. Dr. Joaquim Ribeiro reunião com carácter de urgência face à derrocada dos imóveis sitos na Rua D. Miguel de Almeida.

Na mesma data, e após realização da reunião de urgência com a presença do Vice-presidente, do Diretor do DOU, do Comandante dos Bombeiros Municipais acompanhado pelo representante do Serviço Municipal de Proteção Civil, do Coordenador de Serviço de Fiscalização Municipal e de mim própria, foi pelos mesmos realizada vistoria ao local.

Foram os presentes de opinião unânime que esta derrocada se deveu ao estado elevado de degradação em que o conjunto edificado se encontrava, associado à realização de obras estruturais, sem que estas últimas tenham sido sujeitas a controlo prévio, no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida através do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, Lei nº 60/2007, de 4 de setembro, Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, na redação da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro (RJUE), ou outro.

Assim, e de forma a garantir a segurança dos edifícios contíguos, dos transeuntes e via pública, determinaram os presentes, com carácter de urgência e de imediato, o encerramento da rua supra referenciada até ao próximo dia 22 do corrente mês, data em que deverá ser efetuada nova avaliação do conjunto edificado pela comissão de vistorias deste município.

Foi igualmente referida a necessidade de apresentação de projeto de reconstrução e/ou demolição do edificado, nos termos do diploma antes referido.

Em 19.10.2012 teve lugar reunião com o requerente, acompanhado pela sua equipa técnica, na qual se determinou que os trabalhos de remoção de escombros só poderão ocorrer após entregue no município, em 23.10.2012, de Plano de Segurança e Saúde para realização dos mesmos e que no mais curto espaço de tempo será sujeito a controlo prévio, pelo município, proposta de demolição do edificado."

Tomado conhecimento



O vereador Santana-Maia Leonardo chegou à reunião quando eram 14.40 horas

Pelas 14.45 horas, a reunião do executivo foi interrompida, para transmitir à Presidente da Câmara que o munícipe Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias, se encontrava na entrada do edifício dos Paços do Concelho e que pretendia ser ouvido na reunião.

A Presidente da Câmara informou que já não era possível a sua presença, uma vez que o munícipe não tinha comparecido no período destinado à intervenção do público, tendo os trabalhos do executivo avançado para o período antes da ordem do dia, pelo que sugeriu que o mesmo estivesse presente numa outra reunião, no espaço aberto ao público.

O munícipe não aceitou de bom grado a decisão da Presidente da Câmara e após alguns confrontos físicos com o segurança que lhe tentou barrar a entrada no edifício, o mesmo irrompeu de forma violenta e ameaçadora na sala onde decorria a reunião privada do executivo, levantando por duas vezes a mesa ao ar, tendo entornado a água e derrubado os copos, molhando os documentos de trabalho dos elementos do órgão executivo e ofendendo verbalmente e ameaçando a Presidente da Câmara.

A Presidente da Câmara explicou que munícipe não tinha respeitado as regras de funcionamento da reunião de câmara e solicitou ao mesmo que se retirasse, porquanto se encontrava a perturbar os trabalhos da reunião de Câmara.

O munícipe recusou-se a fazê-lo e, perante a insistência do segurança de serviço para que se retirasse da sala, o mesmo voltou de novo ao confronto físico, mantendo sempre uma postura ofensiva e ameaçando arremessar cadeiras contra os elementos do executivo, porque, em sua opinião e conforme manifestou ao seu filho ali presente, o problema só se resolvia à "cacetada". Foi assim solicitada pela Câmara Municipal a intervenção da PSP de Abrantes.

Enquanto se aguardava pela chegada da PSP, o munícipe, em constante tom agressivo e descontrolado, foi fazendo acusações graves contra a Câmara Municipal e dirigindo palavras injuriosas contra a Presidente da Câmara e contra o vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, assim como acusando os vereadores da oposição de nada fazerem relativamente à sua situação, ao mesmo tempo que ia espalhando sobre a mesa, documentos referentes a processos de licenciamento que o opõe ao município.

Após a chegada da PSP, o munícipe, antes ser conduzido ao exterior pelos agentes, ainda arrancou parte da sua barba que usa em sinal de protesto e lançou-a para cima da mesa onde decorria a reunião.



Os trabalhos do executivo camarário foram retomados quando eram 15.30 horas, dando-se continuidade à intervenção da Presidente da Câmara.

[Handwritten signature]

A Presidente da Câmara deu conta de uma informação da Divisão de Recursos Humanos, a remeter resposta ao pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores do PSD na reunião de 8 de outubro de 2012, acerca dos Bombeiros de Abrantes, da qual foi entregue cópia aos referidos vereadores e que por ser extensa se anexa à presente ata. - 91867

Referiu que acha lamentável que os vereadores do PSD tenham trazido o assunto a público da maneira como o fizeram, porquanto todos perceberam que os bombeiros profissionais os contactaram para solicitar a sua intervenção neste assunto. De acordo com a responsabilidade que os vereadores têm nesta matéria, parece que foi despropositado. Aquando da apresentação do relatório do IGAL foi dada a conhecer toda a situação relatada e aquando a aprovação do protocolo, não houve dúvidas e o mesmo foi aprovado por unanimidade.



Nº 57 - A Presidente da Câmara, apresentou para ratificação do órgão executivo, uma declaração datada de 19 de outubro de 2012, a declarar que no âmbito da II Feira Nacional de Doçaria Tradicional, que se realiza entre 26 e 28 de outubro, está a Tagus autorizada a utilizar o Parque de Estacionamento de S. Domingos, bem como o Edifício dos Claras (antiga rodoviária).

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar a referida declaração da Presidente da Câmara.



Nº 58 - A Presidente da Câmara apresentou também, uma informação do Gabinete de Apoio às Freguesias, datada de 22 de Outubro de 2012, a sugerir que, à semelhança dos anos transatos, se proceda ao fornecimento de areia a todos os cemitérios da área do município, para que os interessados possam proceder ao arranjo e manutenção das campas, uma vez que se aproxima o dia 1 de Novembro, dia de Todos os Santos (Dia de Finados).

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o fornecimento de areia a todos os cemitérios da área do município, nos termos da referida informação do Gabinete de Apoio às Freguesias.

AD7

Q1

Nº 59 - Apresentou igualmente uma informação da Divisão Financeira, referindo que, na sequência da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2012, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (a qual dispensa a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da LOE 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho), apresentou a Divisão Administrativa e de Modernização – Serviço de Informática, proposta de procedimento pré-contratual, pelo prazo de 2 anos, para a aquisição de serviços para “Aquisição e Manutenção de Licenciamento Microsoft”.

Neste sentido, remete para aprovação, a seguinte proposta de decisão de contratar, no uso de competência própria, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro:

- Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estimou-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder o montante de 195.069,18€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito (o que corresponde ao montante anual de 97.534,59€+IVA), a satisfazer por dotação da rubrica orçamental 07.01.08 – Software Informático (PPI 11P0005). Tendo em conta que, a despesa só terá reflexos em 2013 e ano seguinte, o respectivo valor estimado será contemplado no orçamento em elaboração para o próximo ano e será cabimentado com a sua entrada em vigor. O mesmo acontecerá durante no segundo ano de vigência do contrato. O preço base do procedimento já traduz o resultado de aplicação de redução remuneratória nos termos do artº 26º da LOE 2012, a qual foi aplicada em contratação anterior. Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta o Decreto-Lei nº 08/2012, 21 de fevereiro e se impedir a efetiva adjudicação em face da situação subjetiva do Município que aquela vier a surpreender, tal será causa de não adjudicação, condição de que as próprias entidades adjudicantes ficarão cientes pelo programa de procedimento, pelo que assunção do compromisso ficará assim dependente da existência de fundos disponíveis à data da adjudicação;

- Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constante do artº 19.º do CCP), propõe-se a adoção de concurso público sem publicação no JOUE. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal.

Propõe ainda:

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;

- Fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por 2 anos;

- A opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço;

- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento:

a) Catarina Santos (presidente);

b) Pedro Santos (vogal efetivo);

c) João Santana (vogal efetivo);

d) Marco Morais (vogal suplente);

e) Tiago Pascoal (vogal suplente).

- Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação. - 75416

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a proposta de procedimento pré-contratual, pelo prazo de 2 anos, com vista à aquisição de serviços para "Aquisição e Manutenção de Licenciamento Microsoft", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 60 - A Presidente da Câmara apresentou ainda, a informação nº 200 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 19 de outubro de 2012, que remete para aprovação, o processo conducente ao lançamento da empreitada de "Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega", propondo designadamente o seguinte:

1. Que seja aprovado o Projeto Base para a "Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega", o qual obteve pareceres favoráveis da Associação dos Beneficiários de Alvega, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), da Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo (ERRALVT), e do ACESZÊZERE – Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo II – Zêzere - Centro de Saúde de Abrantes, bem como Título de Utilização dos Recursos Hídricos para Construção emitido pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. e Autorização para Ocupação de Áreas Integradas na Reserva Ecológica Nacional emitida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), conforme se pode constar nos respetivos pareceres, título e autorização emitidos, cujas cópias se anexam.

Acresce que foi também solicitado parecer prévio não vinculativo à Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística sobre o Projeto Base de Arquitetura, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 Dezembro, na atual redação, a qual emitiu parecer em matéria de ordenamento do território sobre o Projeto Base através da Informação n.º 195/2012.CL de 17.10.2012, cuja cópia igualmente se anexa.

2. Que seja aprovado o Projeto de Execução para as "Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega";
3. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, devido à especificidade dos trabalhos;

4. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
5. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 332.342,92 € (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor este fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de setembro, e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
6. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado um Concurso Público – sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;
7. Que o procedimento concursal seja publicitado no Diário da República nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP;
8. Que o prazo para a apresentação das propostas seja de 36 dias;
9. Que o prazo de execução da obra seja de 210 dias;
10. Que sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo, das quais de destacam:
- a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;
 - b) O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Projeto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP;
11. Que para efeitos de prévia cabimentação da despesa e assunção de compromissos nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 5 que corresponde a 332.342,92 € (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
12. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na Plataforma Eletrónica Gatewit, no endereço eletrónico <https://www.compraspublicas.com>;

13. Que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efetivos:

- Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da DPE;
- 1º Vogal: Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Técnico Superior da DPE;
- 2º Vogal: Fernando Jorge Rente Lopes, Técnico Superior da DPE;

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pelo 1º Vogal.

Membros suplentes:

- 1º Suplente: José Manuel Lucas Martins, Técnico Superior da DPE;
- 2º Suplente: Carlos Alberto Simões de Oliveira, Técnico Superior da DPE;

A substituição do 1º e 2º Vogais efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

14. Que o critério de adjudicação seja o do mais baixo preço;

O objeto da empreitada enquadra-se no código 45212170-8 (construção de edifício para atividades recreativas) do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovado o referido processo, nos termos da citada informação 200 da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 61 - A Presidente da Câmara informou que a RPP Solar, na sequência da deliberação tomada na reunião de 17 de setembro de 2012, enviou uma carta que deu entrada na Câmara Municipal, em 15 de outubro de 2012, propondo o pagamento do valor que a Câmara Municipal de Abrantes suportou com a aquisição dos terrenos.

Apresentou igualmente o cronograma dos trabalhos.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

AP1
Q1

Deliberação Aprovada em Minuta: Em face do deliberado e posterior comunicação da RPP Solar, conforme síntese feita na informação da Diretor do Departamento de Administração e Finanças, a Câmara deliberou por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho:

- Não declarar a caducidade do alvará municipal relativo à obra de RPPSolar em razão da apresentação do novo cronograma de trabalhos;
- Aceitar a proposta de pagamento dos encargos que a Câmara suportou com a aquisição do terreno à RPPSolar;
- Aceitar a emissão imediata do cheque correspondente, como forma de garantia dos direitos do Município, ficando o seu levantamento condicionado à deliberação da Assembleia Municipal.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Apesar de considerarem extremamente importante que a Câmara seja ressarcida por tudo aquilo que já gastou neste projecto, os vereadores eleitos pelo PSD não têm, no entanto, a mínima confiança na palavra do promotor, considerando, antes, tratar-se de mais uma manobra dilatória para ganhar tempo.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD abstêm-se nesta deliberação."

O vereador António Belém Coelho, em nome dos vereadores do PSD, aproveitou a oportunidade, para entregar um pedido de esclarecimentos com o título "RPP Solar – O Autor do Protocolo", teor a seguir se transcreve:

"Continua por responder uma pergunta que já fizemos várias vezes.

Ou seja, quem redigiu o protocolo?

Na última reunião, a senhora presidente voltou a fugir à questão, reproduzindo a informação interna que diz o seguinte:

«Quanto à redação do protocolo, reitero que, na reunião da Câmara Municipal de 7/7/2009 foi por unanimidade, aprovada a proposta que contém em anexo o protocolo de colaboração, a celebrar entre o Município de Abrantes e R.P.P. — Retail Parks de Portugal, SGPS, S.A. Também na Assembleia Municipal de 17/7/2009, foi aprovado o protocolo por unanimidade, não obstante a matéria de cláusula de compensação ter sido abordada. O protocolo, documento complementar à escritura, veio a integrar também o teor das deliberações n2 28 e 29 da CMA de 8/9/2009 e da Assembleia Municipal de 11/9/2009, também aprovadas por unanimidade. O Tribunal de Contas, para onde o protocolo foi remetido por pedido expresso, não o criticou. A escritura veio a ser celebrada em 1/10/2009, sob a responsabilidade de formalização do notário privativo.»

Ora, não foi isto que nós perguntámos.

O que nós queremos saber é quem redigiu o protocolo e não quem o aprovou.

Sendo certo que o protocolo não foi redigido nem na reunião da câmara, nem na Assembleia Municipal que o aprovaram.

Ora, se, de acordo com a informação interna, o protocolo também não foi redigido pelos técnicos do município, então quem redigiu o protocolo?

A resposta a esta pergunta é fundamental até para evitar rumores de que o protocolo teria sido redigido por advogados exteriores à câmara e ao serviço direta ou indiretamente dos interesses do promotor.

O nosso pedido de esclarecimento visa precisamente pôr fim a estes rumores."

A Presidente da Câmara encaminhou o pedido para os serviços respetivos informarem.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

No âmbito do Plano de Atividades da Divisão de Desporto e Juventude, o vereador Manuel Jorge Valamatos deu conhecimento da realização das seguintes atividades desportivas, a levar a efeito de 22 de outubro a 04 de novembro de 2012:

Atividade/Evento	Local	Dia	Hora
Programa de Apoio à Atividade Lúdico Desportiva no Pré-Escolar	Concelho de Abrantes (Jardins de infância)	16 outubro 2012 a 9 maio 2013	
Programa + Vida	Concelho de Abrantes (Centros Dia e Lares Idosos)	08 outubro 2012 a 21 junho 2013	
Final da Taça de Basebol – Juniores e Seniores	Cidade Desportiva de Abrantes – campo de basebol	27 e 28.outubro	
Estágio da Seleção Nacional de Polo Aquático	Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes	03 novembro 04 novembro	12h00/14h30 17h30/21h00 08h30/12h00 14h30/17h30
Peddy-Paper Carvalhal	Junta de Freguesia de Carvalhal	04 novembro	10h00

Relativamente ao Programa + Vida, acrescentou que o número de aulas a lecionar serão 510, em blocos de 45 minutos e que o projeto culmina com a realização do Encontro Gerontolímpico, onde se reúnem os utentes de todas as instituições abrangidas pelo projeto, com o objetivo de se realizar um convívio de âmbito social e lúdico-desportivo, a levar a efeito no dia 27 de junho de 2013, no Parque Urbano de São Lourenço.

No que diz respeito ao Programa de Apoio à Atividade Lúdico Desportiva no Pré-Escolar, referiu que o projeto culmina com a realização dos Jogos da Pequenada, no sentido de proporcionar às crianças do ensino pré-escolar do concelho de Abrantes, atividades desportivas através de jogos e tarefas ao ar livre e em meio aquático, a realizar na Cidade Desportiva de 20 a 24 maio de 2013.

RT
C

O vereador Manuel Jorge Valamatos informou que, no passado dia 10 de outubro de 2012, realizou-se em Gondomar, a cerimónia de entrega das Bandeiras Verdes Eco Escolas, o galardão de reconhecimento do trabalho da comunidade escolar, no âmbito da educação ambiental e de cidadania ativa e que das oito escolas envolvidas no projeto Eco Escolas 2011/2012, seis ganharam a bandeira verde, conforme a seguir se discrimina:

Escolas inscritas	Professores Coordenadores	Escolas que concluíram o projeto EE/Escolas ganhadoras da bandeira verde:
EB1 nº 1 (Quinchosos) de Abrantes	Conceição Ribeirinho	Não
EB1/JI de Chainça	Fátima Alves	Sim
EB1 Nº 5 de Abrantes	Fernanda Antunes	Sim
Ji Casais de Revelhos	Susana Santos	Não (mudança de instalações)
Escola S/3 EB Dr. Manuel Fernandes	Abel Leite	Sim
EB 2,3 c/ES Octávio Duarte Ferreira	Teresa Mendes	Sim
EB1 2,3 D. Miguel de Almeida	Virgínia Cardoso	Sim
Escola Secundária Dr. Solano de Abreu	Luís Santos	Sim

Tomado Conhecimento.



Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou, o ofício nº 2783 da Câmara Municipal do Entroncamento, datado de 24 de setembro de 2012, a remeter cópia da deliberação daquele Município, tomada na reunião de 17 de setembro de 2012, na qual aprovou por unanimidade, a Moção apresentada pelo vereador do Bloco de Esquerda, Carlos Matias, mantendo a sua posição de princípio contra a cobrança de portagens na A23,

ART
L

reclamando o prolongamento do regime de cobrança atualmente aplicado aos munícipes que utilizam aquela via de comunicação, com isenções e descontos. - 90539

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou, uma carta enviada pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal, datada de 7 de outubro de 2012, a agradecer a cedência do espaço público do Parque Urbano de Abrantes, no passado dia 30 de setembro do corrente ano, para a realização de uma atividade direcionada à faixa etária infantil e juvenil. - 91461

Tomado conhecimento.



Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou, um e-mail enviado pela Associação Nova, a agradecer a autorização para a presença em todo o concelho e Abrantes, nos dias 11 a 16 de setembro de 2012, e também, informar que o valor do ofertório obtido pela boa vontade de todos os cidadãos que colaboraram na sua campanha foi de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) - 92290

Tomado conhecimento.



Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou, um e-mail enviado pelo Chefe de Clã do Agrupamento 697 CNE de Rossio ao Sul do Tejo, a agradecer as facilidades concedidas na cedência/utilização do Castelo de Abrantes, no passado sábado, dia 29 de setembro. - 91865

Tomado conhecimento.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um pedido do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho do Hospital de Abrantes, a solicitar a colaboração dos Bombeiros Municipais de Abrantes, na realização de um simulacro de incêndio naquela unidade hospitalar. - 92285

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a colaboração dos Bombeiros Municipais de Abrantes na realização de um simulacro de incêndio, conforme solicitado pelo Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho do Hospital de Abrantes.

AS1
P1

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um pedido da Tagus- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, de apoio financeiro no valor de 40.000,00€ (quarenta mil euros), para a 11ª Feira Nacional de Doçaria Tradicional, a realizar nos dias 26,27 e 28 de outubro de 2012, bem como, autorização para realização do evento em espaço exterior, nomeadamente, no parque de estacionamento junto ao Convento de S. Domingos, caso as condições atmosféricas o permitam, ou as instalações da antiga Rodoviária, em alternativa. - 92288

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro, no valor de 40.000,00€ (quarenta mil euros), à Tagus- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, para a realização da 11ª Feira Nacional de Doçaria Tradicional, e autorizar a ocupação do espaço público solicitado, de acordo com as condições climatéricas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Gabinete de Apoio à Presidência, referindo que quatro Bombeiros Honorários do Corpo de Bombeiros Municipais de Abrantes, manifestaram a sua intenção de se deslocarem ao 6º Encontro Nacional daqueles Bombeiros, a ter lugar no Município das Caldas da Rainha, pelo que solicitam autorização para utilização de um veículo dos Bombeiros. - 92572

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência de transporte, nos termos solicitados.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, declaração de parceria relativa ao Projeto "Musicam Envolve Escolhas", apresentado pela Associação EnvolveBrilho no âmbito do Programa Escolhas 5ª Geração. - 91882

Deliberação: Por unanimidade, ratificar a referida declaração de parceria.



Nº 9 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício da Escola Prática de Cavalaria, a agradecer o apoio prestado pela Câmara Municipal na espera do TPO. - 91862

Tomado conhecimento.

AS7
el

Nº 10 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou resposta ao pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD, apresentado na reunião de 24 de setembro de 2012, relativamente à Rua da Industria. - 90360

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
91110	Renascer-Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura	Venda de brindes	19,20 e 21 de dezembro de 2012	• Ocupação da via pública	5,44€
92060	Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto	Comemoração Aniversário Rancho Folclórico Casa do Povo São Miguel	20 de outubro de 2012	• Afixação de cartazes • Ruído	25,04€
92603	Associação de Melhoramentos dos Amigos da Bairrada, Vale de Bairrada e Carrapatoso	Realização de um baile	7 de dezembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes.	96,09€
92653	Freguesia de Rio de Moinhos	Realização de noite de fados	26 de outubro de 2012	• Ruído; • Recinto de diversão provisória	25,03€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

ABT
L

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 16 de outubro de 2012, referindo que a Câmara Municipal, na sua reunião de 10 setembro 2012, autorizou os SMA à realização de procedimento pré-contratual com vista à aquisição de serviços de eletricidade pelo valor de 540.000€. O pedido apresentado pelos SMA, ainda que referisse 540.000€, dizia também que por este valor o concurso já tinha ficado deserto, pelo que solicitava autorização para o valor de 600.000€.

Nesse sentido, e uma vez que se trata de um lapso na transcrição do montante para a ata, sugere que se proceda à retificação da deliberação da Câmara Municipal (ponto nº 40 da ata de 10 de setembro de 2012), remetendo-se novamente à aprovação da Assembleia Municipal. Mais sugere que a Câmara Municipal autorize que os SMA iniciem o procedimento, salvaguardando-se, no entanto que, a adjudicação não tenha lugar antes da aprovação por parte da Assembleia Municipal, relativamente à retificação do valor. – 88128

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação nº 40 tomada na reunião de 10 de setembro de 2012 e submetê-la de novo à aprovação da Assembleia Municipal.

Autorizar os Serviços Municipalizados de Abrantes a iniciar procedimento pré-contratual, com vista à aquisição de serviços de eletricidade, pelo valor de 600.000€, salvaguardando-se, no entanto que, a adjudicação não tenha lugar antes da aprovação por parte da Assembleia Municipal, relativamente à retificação do referido valor.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 15 de outubro de 2012, referindo que a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, solicitou o parecer da Câmara Municipal de Abrantes, sobre a proposta de turnos das farmácias do Concelho de Abrantes para 2013, sugerida pela Associação Nacional de Farmácias. – 91519

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 17 de outubro de 2012, acerca da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, estabelecida pela alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, (Lei das Comunicações Eletrónicas), devendo ser aprovada a percentagem a aplicar em 2013, que não poderá ultrapassar os 0,25%. – 92846

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em 0,25%, para o ano de 2013, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004,

AS7

h

de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), e submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão Jurídica

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa à informação nº 22/2012/PV da Divisão Jurídica, datada de 10 de outubro de 2012, na sequência de uma reclamação apresentada por Bruno Alexandre Jesus Rodrigues Ribeiro, face a um despiste ocorrido na rotunda dos plátanos, em Alferrarede, Abrantes, no passado dia 25 de fevereiro de 2012.

Mais informa que o reclamante solicita o pagamento dos danos do seu veículo (motociclo), bem como do blusão e capacete, causados por despiste, devido ao gelo na via pública, devido aos aspersores de rega na Avenida António Farinha Pereira. - 84570

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Informar Bruno Alexandre Jesus Rodrigues Ribeiro, que a Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido de indemnização, atendendo a que não é possível considerar verificado os requisitos de ilicitude nem de culpa do Município, uma vez que não existe nexo de imputação ético-jurídica entre o agente e o facto, ou seja, não existe ligação reprovável ou censurável do Município com o facto, de acordo com a referida informação nº 22/2012/PV da Divisão Jurídica.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 16 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício com a refª 2711674, datado de 11 de outubro de 2012, emitido pelos Serviços do Ministério Público de Abrantes, a dar conta de que foi proferido despacho de arquivamento no inquérito do processo 239/12.6PAABT, relativo ao furto de um computador fixo da Escola EB1 Raúl Figueiredo, originado numa queixa apresentada contra Desconhecidos, nos termos do artigo 277º do Código de Processo Penal. - 92698

Tomado conhecimento

AS
Q1

Nº 17 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou o ofício nº 55 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 16 de outubro de 2012, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 12 de outubro do corrente ano, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam: - 92814

- Delegação de competências nos Serviços Municipalizados de Abrantes para intervenção na E.N 118 - Alvega; - 91047

- Revisão do contrato de concessão do serviço de águas residuais urbanas do Município de Abrantes. - 91417

Tomado conhecimento



Divisão Financeira

Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 9ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes. - 93128

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



Nº 19 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, a dar conta que procedeu à anulação dos cabimentos e compromissos inerentes à despesa autorizada pela Câmara Municipal para a Associação Knockout no valor de 8.000,00€ (oito mil euros), em virtude da LANfestival não se ter realizado e para o Agrupamento 1093 CNE – Chainça, no valor de 1.438,18€ (mil quatrocentos e trinta e oito euros e dezoito cêntimos), dado ter apresentado despesas abaixo do inicialmente orçamentado para o Dia Regional do Explorador. – 91251

Tomado conhecimento



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, remetendo para aprovação, o reforço da cabimentação, no montante de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), inerente à candidatura da Sociedade Pró-Casais de Revelhos, aprovada na linha 1 do Programa de Apoio às Associações Desportivas do Findesp, tendo em conta a qualificação da equipa para a fase final distrital de futebol. – 91800

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço do montante atribuído no âmbito da linha 1 do Programa de Apoio às Associações Desportivas do Findesp, à Sociedade Pró-Casais de

AP1

01

Revelhos, no valor de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), de acordo com a referida Informação da Divisão Financeira.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, remetendo para aprovação, a cabimentação, no montante de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), inerente à candidatura apresentada pelo CAPEC - Clube Amadores Pesca e Caça de Pego", à linha 3 do Programa de Apoio às Associações Desportivas do Findesp, no âmbito da participação do atleta, João Raimundo no V Campeonato do Mundo de Veteranos de Água Doce, na modalidade de Pesca Desportiva, tendo o mesmo alcançando o 9º lugar na classificação geral. - 91735

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do montante de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), ao CAPEC - Clube Amadores Pesca e Caça de Pego", no âmbito da linha 3 do Programa de Apoio às Associações Desportivas do Findesp, de acordo com a referida Informação da Divisão Financeira.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, acerca da renovação do protocolo de parceria entre a ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa e o Município de Abrantes, no âmbito do programa Eco-Escolas 2012/2013.

Refere que a despesa inerente à referida renovação ascende a 420,00€, uma vez que se prevê a participação de 6 escolas (70,00€/escola).

Refere também que se procedeu à respetiva cabimentação e o compromisso pode ser assumido ao abrigo dos fundos disponíveis existentes para outubro. - 92478

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a renovação do referido protocolo de parceria, nos termos da citada informação da Divisão Financeira.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, sugerindo a abertura de procedimento pré-contratual para a "Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância de Edifícios do Município de Abrantes, a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP - Lote 18". - 51759

O contrato terá a duração máxima de 2 anos, conforme estipulado no nº 2 do artº 20º do CE do "Concurso Limitado por prévia qualificação para a celebração de Acordo Quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança", da ANCP.

Tendo em conta o preço base do procedimento, para 2 anos de vigência do contrato (293.000,00€+IVA), sugere igualmente que:

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

- Seja adotado o ajuste direto ao abrigo da al. a) do nº 1 do artº 259º do CCP, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de janeiro, a desenvolver nos termos dos art.º 139º e seguintes do mesmo diploma legal;

- Nos termos do nº 1 do art.º 259.º do CCP sejam consultadas as seguintes entidades cocontratantes ao abrigo do acordo quadro, as quais cumprem o disposto nos nºs 2 e 5 do artº 113º do CCP :

- "Comansegur, Segurança Privada, SA";
- "Strong Segurança, SA";
- "2045 – Gália – Consórcio ANCP – Serviços de Vigilância e Segurança";
- "Grupo 8, Vigilância e Prevenção Eletrónica, Lda.";
- "Securitas, Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A";
- "Prosegur, Companhia de Segurança, Lda.;
- "Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, S.A;
- "Prestibel, Empresa de Segurança, S.A.

- Sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo, conforme definido no nº2 do artº 259º do CCP, designadamente, Convite e Especificações Técnicas.

- Sejam designados como elementos do júri para a condução do procedimento, os seguintes colaboradores:

- João Silva (presidente);
- Maria Catroga (vogal efetivo);
- Luis Valente (vogal efetivo);
- Jorge Pombo (vogal suplente);
- Elsa Mendes (vogal suplente).

- Sejam delegadas no Júri do Concurso, as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação;

- O critério de adjudicação seja o do mais baixo preço nos termos da al. a) do artº 19º do CE do Acordo Quadro.

A despesa foi devidamente cabimentada conforme declaração em anexo. A assunção do compromisso fica dependente os fundos disponíveis à data da adjudicação.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar abertura de procedimento pré-contratual para a "Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância de Edifícios do Município de Abrantes, a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP – Lote 18", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o "Regulamento de Apoio e Estímulo à Inovação na Atividade Empresarial da Região". - 93214

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido regulamento.

Os vereadores do PSD votaram favoravelmente esta proposta, mas apresentaram a seguinte declaração de voto:

AS
C

"Os vereadores eleitos pelo PSD são, por princípio, favoráveis a todos os apoios legais que possam beneficiar as empresas que laboram no concelho, razão por que votam favoravelmente esta deliberação.

No entanto, consideram que esta proposta, circunscrita a projetos já apoiados pelos programas de incentivos nacionais, na prática, apenas contempla quem já é beneficiado.

Não significa isso, obviamente, que seja prejudicial em si.

No entanto, achamos que outras empresas, cujos projetos não tenham sido abrangidos por esses sistemas de incentivos (não pela sua natureza em si, mas pela sua dimensão, enquadramento, etc.), também deviam beneficiar dos apoios agora previstos quando recorrem a serviços de empresas inseridas no Tagus Valley, muitas delas tão ou mais necessitadas do que as outras.

Esperamos, todavia, que a maioria socialista do executivo seja sensível a este nosso reparo."



Nº 25 - Proposta de deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação da Chefe de Divisão Financeira, remetendo para autorização a assunção de compromisso plurianual para procedimento pré-contratual por ajuste direto regime geral, para aquisição de serviços de Publicidade do Município de Abrantes no Jornal "A Barca", sendo o contrato a celebrar por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos e o valor do mesmo não ultrapassará os 15.552,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito (o que corresponde ao valor anual de 5.184,00€ + IVA), tendo a despesa tem cabimento orçamental. Nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. Tendo em conta que a mesma se encontra prevista nas GOP, nomeadamente, na atividade 11A0001 – rubrica 02.02.17 – Publicidade, e que a mesma se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão de 29 de junho, pelo que propõe que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da LOE 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. - 93132

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores do PSD, aprovada a assunção de compromisso plurianual, enquadrando-se na autorização prévia dada pela AM, em sessão de 29 de junho.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, justificaram o seu voto contra, em conjunto com os pontos 26 e 27, conforme a seguir se refere.



Nº 26 - Proposta de deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação da Chefe de Divisão Financeira, remetendo para autorização a assunção de compromisso plurianual para procedimento pré-contratual por ajuste direto regime geral, para aquisição de

ABT
01

serviços de Publicidade do Município de Abrantes no Jornal de Abrantes - sendo o contrato a celebrar por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, e o valor do mesmo não ultrapassará os 21.600,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito (o que corresponde ao valor anual de 7.200,00€ + IVA), tendo a despesa tem cabimento orçamental.

Nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. Tendo em conta que a mesma se encontra prevista nas GOP, nomeadamente, na atividade 11A0001 - rubrica 02.02.17 - Publicidade, e que a mesma se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão de 29 de junho, pelo que propõe que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da LOE 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. - 93133

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores do PSD, aprovada a assunção de compromisso plurianual, enquadrando-se na autorização prévia dada pela AM, em sessão de 29 de junho.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, justificaram o seu voto contra, em conjunto com os pontos 25 e 27, conforme a seguir se refere.



Nº 27 - Proposta de deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação da Chefe de Divisão Financeira, remetendo para autorização a assunção de compromisso plurianual para procedimento pré-contratual por ajuste direto regime geral, para aquisição de serviços de Publicidade do Município de Abrantes na Rádio Antena Livre - sendo o contrato a celebrar por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, e o valor do mesmo não ultrapassará os 33.696,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito (o que corresponde ao valor anual de 11.232,00€ + IVA), tendo a despesa tem cabimento orçamental.

Nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. Tendo em conta que a mesma se encontra prevista nas GOP, nomeadamente, na atividade 11A0001 - rubrica 02.02.17 - Publicidade, e que a mesma se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão de 29 de junho, pelo que propõe que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da LOE 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. - 93134

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores do PSD, aprovada a assunção de compromisso plurianual, enquadrando-se na autorização prévia dada pela AM, em sessão de 29 de junho.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto, relativamente aos pontos, 25, 26 e 27:

Ata da reunião de -22- de outubro de 2012

AM
P

"Como já ficou claro no ano passado com o esclarecimento prestado por carta pelo presidente da Rádio Tágide, não estamos aqui perante qualquer contrato para divulgação de publicidade institucional da Câmara Municipal mas apenas de verdadeiros contratos de financiamento da imprensa local sob a capa de contratos de publicidade. Até porque, se a finalidade da contratação fosse a divulgação de publicidade institucional, o Jornal de Abrantes não teria qualquer hipótese de concorrer com o jornal A Barca.

Senão vejamos: o jornal A Barca tem periodicidade quinzenal e o seu preço é de 15.552,00€; o jornal de Abrantes tem periodicidade mensal e o seu preço é de 21.600,00€.

Ora, fosse o critério da periodicidade ou do preço, em qualquer deles, o jornal A Barca levaria sempre a melhor sobre o Jornal de Abrantes.

Além disso, não é compreensível que a Câmara Municipal de Abrantes continue a dar a mão ou, antes, de mão dada com os seus amigos de sempre, referimo-nos ao grande grupo económico detentor do Jornal Abrantes e da Rádio Antena Livre, e que, neste caso, vai custar aos contribuintes, nada mais, nada menos, do que 55.296,00€.

Ou seja, verba superior à atribuída ao programa do Banco Social e que, apesar da situação de grande emergência social em que vivemos, não chegou sequer a ser gasta em período idêntico.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD, até porque não têm qualquer dúvida de que estes contratos estão feridos de ilegalidade, votam contra estas três deliberações."

A Presidente da Câmara informou que neste momento, a Câmara Municipal encontra-se impedida por lei de contratar serviços ou prestar qualquer tipo de apoio à Rádio Tágide, por motivo de dívidas da referida rádio, às Finanças e à Segurança Social.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 88 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 8 de outubro de 2012, acerca do pedido da Sociedade Iniciativas de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do Auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, para o dia 15 de dezembro de 2012, com vista à realização da Festa de Natal do Centro Social Interparroquial de Abrantes.

Mais informa que esta solicitação surge ao abrigo do protocolo existente entre aquela Sociedade e a Câmara Municipal de Abrantes, que confere um dia por ano as suas atividades. - 91427

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, à Sociedade Iniciativas de Abrantes, no dia pretendido, de acordo com a referida informação nº 88 da Divisão de Cultura e Turismo.

AD
CL

Divisão de Educação e Ação Social

Nº 29 - Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 28 de setembro de 2012, relativa à monitorização do Serviço de Teleassistência Fixa ao Segmento Sénior, no trimestre de julho, agosto e setembro de 2012. – 42012

Tomado conhecimento.



Nº 30 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta de protocolo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Junta e Freguesia de Bemposta, relativo à cedência da antiga escola de Água Travessa à referida junta de freguesia, tendo como objetivo a sua utilização para fins sociais. – 91019

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 9 de outubro de 2012, que autorizou a montagem de um palco no ex pavilhão da Quimigal - Tecnopolo de Abrantes, no âmbito do espetáculo musical "Padre Borga" organizado pelo Agrupamento de Escuteiros 1053 do CNE – Alferrarede, no dia 30 de Setembro de 2012. - 91084

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 16 de outubro de 2012, sugerindo a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do auditório da Cidade Desportiva, no âmbito da realização de uma ação de formação sobre arbitragem, no dia 20 de outubro de 2012, pelo Inatel – Fundação Inatel. - 92806

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento de taxas, no valor de 62,60€, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Handwritten signature

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 11 de setembro de 2012, que autorizou a cedência de transporte à Conservatória do Registo Civil de Abrantes, para transportar alguns livros com mais de cem anos, para o Arquivo Distrital de Santarém, com dispensa do pagamento do valor previsto no tarifário, calculado em aproximadamente 500€. – 79865

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 180 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 03 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação de Arruamento em Abrantes – Vale de Rãs e Chainça", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 16.04.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% das garantias, no montante de 15.178,71€, podendo para o efeito proceder-se ao seguinte:

- Liberação da Garantia Autónoma nº GAR 08307175, do Banco BPI, S.A., no montante de 8.360,11€;
- Reduzir/atualizar a garantia bancária nº 2542.000417.593 da C.G.D., no montante de 6.818,60€, ficando a mesma a apresentar o valor de 5.059,57€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 180 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 182 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 03 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação de Arruamentos na Urbanização do Casal da Preta e Bairro Catroga e Gaio em Abrantes", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos

AP1
CL

do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 07.11.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% da garantia bancária Nº GAR/08305057 do Banco BPI, S.A., no montante de 6.729,55€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 1.829,92€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 182 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 36 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 183 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Beneficiação do Pavimento Betuminoso do Parque de Estacionamento envolvente ao Hotel Turismo de Abrantes", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 09.01.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% dos valores retidos para o efeito, no montante de 912,59€.

Após esta restituição, o valor do depósito passará a ser de 304,20€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 183 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 37 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 186 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 08 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Cemitério de Santa Catarina em Abrantes - Espaço Cemiterial - 2º Talhão", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 29.12.2010, que corresponde a um tempo decorrido de 1 ano completo, poderá ser liberada 30% da garantia bancária Nº 2542.000808.193 da C.G.D., S.A., no montante de 3.899,50€.

281

21

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 9.098,83€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 186 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 38 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 187 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 08 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Execução de Polidesportivo na Margem Norte – Parque Ribeirinho de Abrantes - Aquapolis", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 09.04.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% da garantia autónoma Nº 2008.00765 da GARVAL, S.A., no montante de 2.979,89€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 993,30€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 187 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 39 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 190 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 10 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Construção de Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes", adjudicada a Alpeso - Construções S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 12.02.2010, que corresponde a um tempo decorrido de 2 anos completos, poderá ser liberada 60% da garantia bancária Nº 125-02-1439668 do Millennium bcp – Banco Comercial Português, S.A., no montante de 71.072,74€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 46.155,73€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 190 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.

ART
CL

Nº 40 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 192 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 10 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Pavimentação da Estrada Municipal Nº 546 que liga Carvalhal a S. Domingos", adjudicada a Construções ViasManso, Lda. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 16.01.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% da garantia bancária Nº 952/2007-P do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., no montante de 9.897,06€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 462,44€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 192 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 41 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 193 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo de Carvalhal", adjudicada a Alpeso - Construções S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 05.08.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% da garantia bancária Nº 125-02-1324639 do Millennium bcp – Banco Comercial Português, S.A., no montante de 13.938,70€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 3.755,80€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 193 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 42 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 194 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Rossio ao Sul do Tejo", adjudicada a Alpeso - Construções S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-

Ata da reunião de -22- de outubro de 2012

ADP
CL

Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 24.07.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% da garantia bancária Nº 36230488039871 do Banco Santander Totta, S.A., no montante de 51.329,56€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 16.184,01€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 194 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 43 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 195 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Repavimentação da Estrada que Liga Pego a Vale de Zebrinho", adjudicada a Construções ViasManso, Lda. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 25.02.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% da garantia bancária Nº1229/2007-P do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., no montante de 13.765,30€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 862,58€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 195 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 44 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 196 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Pavimentação da Estrada Municipal Nº 546 que Liga Carvalhal a S. Domingos – 2ª Fase", adjudicada a Construções ViasManso, Lda. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

AS7
el

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 02.05.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% dos valores retidos para o efeito, no montante de 2.284,80€.

Após esta restituição, o valor do depósito passará a ser de 253,87€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 196 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 45 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 197 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 15 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Reconstrução de Muro sem Preservação das Características Construtivas na Avenida do Paiol - Abrantes", adjudicada a Construções José Coutinho, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 09.06.2011, que corresponde a um tempo decorrido de 1 ano completo, poderá ser liberada 30% dos valores retidos para o efeito, no montante de 3.388,84€.

Após esta restituição, o valor do depósito passará a ser de 7.790,62€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 197 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 46 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 198 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 15 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Requalificação do Caminho Municipal Nº 1213, que liga Amoreira a Martinchel", adjudicada a Construções Júlio Lopes, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 06.02.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 75% (21.225,69€) da garantia da obra, correspondendo a:

- Garantia bancária nº 343 959, do BANCO ESPIRITO SANTO, S.A., no montante de 13.718,63€, datada de 04-09-2008;

-
- Garantia bancária 980154003291, do BBVA, S.A., no montante de 863,68€, datada de 29-08-2009;
 - Garantia bancária n00347126, do BANCO ESPIRITO SANTO, S.A., no montante de 6.643,39€, datada de 19-12-2008.

AR
C

Após estas reduções, a 1ª e 2ª garantias referidas serão extintas e a 3ª garantia apresentará o valor de 7.075,23€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 198 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 47 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 174 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 01 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Concepção dos Projetos das Especialidades e Execução da Obra do Arquivo Municipal Eduardo Campos, em Abrantes", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão não se encontram em condições de serem aceites pelo dono da obra, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário da obra em causa, pelo que não deverá proceder-se à liberação da caução nos termos do citado diploma.

Deliberação: Por unanimidade, indeferir a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 174 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 48 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 184 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de outubro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pontão em Abrançalha de Cima - Execução da Concordância e Reperfilamento com a E.M. 547", adjudicada à sociedade comercial Mendes & Gonçalves S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

AS
L

Nº 49 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 10 de outubro de 2012, que aprovou o plano de trabalhos modificado da empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul – Abrantes", bem como o respetivo plano de pagamentos, até 31 de dezembro de 2012, de acordo com a informação nº 188 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 08 de outubro de 2012.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 50 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 104/2012.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 8 de junho de 2012, acerca do pedido de licenciamento de alteração de alvará nº 4/2000, referente ao lote nº 1, sito na Rua da Fonte, Crucifixo, Tramagal, Abrantes, requerido por Rodrigo Miguel Mendes Peixinho, que consiste na ampliação da área de construção prevista para o lote n.º 1 de 220,00m² para 235,85m², alterando o polígono de implantação previsto. - 61542

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao loteamento com o alvará nº 4/2000, tendo em conta que não foi proferida pronúncia de oposição da maioria dos proprietários dos lotes, decorrente da notificação feita a cada um dos proprietários, nos termos do disposto no nº3 do art.27º D.L. n.º 555/99, de 16 /12, na redação dada pelo D.L. n.º 26/2010, de 30/03, e de acordo com a referida informação nº 104/2012.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 51 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 38/12/EC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, acerca do pedido de informação prévia para alteração de utilização (adaptação de pavilhões industriais para atividades de comércio e serviços) da constituição de frações do seu edifício, sito na Avenida António Farinha Pereira, E.N. 244-3, em Alferrarede, Abrantes, requerido por Azeites Silva Pereira, S.A. - 385/10

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia apresentado, de acordo com a referida nº 38/12/EC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.

AS
LI

Nº 52 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 73/12/EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 16 de abril de 2012, acerca do pedido de informação prévia de operação de loteamento, sito na Rua da Barca, Barreiras do Tejo, Abrantes, requerido por Santa Casa da Misericórdia Abrantes. – 319/09

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia apresentado, com base nos últimos elementos retificados e nos moldes e com os condicionamentos sugeridos na referida informação técnica nº 73/12/EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Informar também que, uma vez que se encontra prevista a requalificação da Rua da Barca no programa de Regeneração Urbana, o tratamento e pavimentação do troço desse arruamento serão equacionados e ponderados no âmbito do processo de licenciamento eventualmente instruído no seguimento da deliberação.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 53 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 84/12/EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 14 de maio de 2012, acerca do pedido da firma Isatel – Sociedade de Construções, Lda., para anulação da garantia bancária prestada no âmbito da alteração ao alvará de loteamento nº 13/93, 5ª fase. – 1172/99

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir o pedido de anulação da garantia bancária prestada no âmbito da alteração ao alvará de loteamento nº 13/93, 5ª fase, nos termos do ponto 4.1 da informação técnica, que se dá por transcrito.

Informar a requerente, que poderá, nos moldes do nº1 do artigo 50º do Decreto-Lei 448/91, em vigor à data da operação urbanística e da alínea b) do nº 4 do artigo 54º do Regime Jurídico da Urbanização e edificação agora em vigor, requerer a receção provisória das obras de urbanização, respeitantes à 5ª fase.

Dar conhecimento ao detentor do aditamento ao alvará de loteamento, "Condoal – Sociedade de Construções de Abrantes, Lda."

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

API

LI

Nº 54 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 178/2012-CM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de junho de 2012, que remete para aprovação, o auto de vistoria para efeito de receção definitiva e libertação da caução, relativo às obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 02/2005, sito na Rua da Escola, em Abrançalha de Baixo, freguesia de São Vicente, Abrantes, em nome de Carlos João Valentim Francisco. – 949/04

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a receção definitiva das obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 02/2005 e proceder à libertação da caução retida, de acordo com a referida informação nº 178/2012-CM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 55 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 56 - Para conhecimento, o vereador Manuel Jorge Valamatos, apresentou o ofício refª API/1764/DE/JHR/3406/2012 da Ascendi – Subconcessão Pinhal Interior, a remeter os Planos de Sinalização Temporária, que o construtor pretende implementar na EN2: Abrantes (A23)/Vila de Rei – lote 22. – 92120

Tomado conhecimento.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e trinta e dois minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Henri a b Pin des ngr

A ASSISTENTE TÉCNICA

And Paul Airs



INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

DESPACHO

DE
Helder Rodrigues – Divisão de
Recursos Humanos

PARA
Presidente da Câmara

Nº

DATA
22, 10, 12

ASSUNTO

Resposta ao pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD

Sra. Presidente, na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 05/10/2012, os Srs. Vereadores do PSD, colocaram uma série de questões sobre os bombeiros municipais. Após ter solicitado algumas informações ao Sr. Comandante e ao Dr. José Pedro, procurarei esclarecer de seguida as dúvidas levantadas.

Antes de mais, deve esclarecer-se que Abrantes não tem um corpo de bombeiros profissionais, mas antes um corpo de bombeiros mistos, nos termos da alínea b) do nº1 do art. 7º do DL 247/2007 de 24/06, que define o regime jurídico de constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros no território continental.

Ainda na introdução do pedido de esclarecimentos, é posta em causa a capacidade operacional do corpo de bombeiros. Sobre essa questão a explicação é simples.

Face à dimensão do nosso Concelho e independentemente da forma de organização, os recursos não são ilimitados e não se conseguem prever situações anómalas, momento no qual se deita mão do apoio externo de outro corpo de bombeiros. Dando um exemplo para melhor elucidar

9 de Outubro – 1º Alarme CODU às 10h35 para Alferrarede (CB Abrantes)
9 de Outubro – 2º Alarme CODU às 10h52 para Abrantes (CB Abrantes)
9 de Outubro – 3º Alarme CODU às 10h59 para Abrantes (CB Abrantes)
9 de Outubro – 4º Alarme CODU às 11h05 para Alferrarede (CB Constância)

Como facilmente se percebe, perante este cenário seria impossível o corpo de bombeiros de Abrantes, resolver por si todas as chamadas. Acrescente-se a este propósito que a cooperação entre corporações de Concelhos vizinhos é uma situação muito comum, existindo inclusive planos de intervenção conjuntos.

Esclareça-se ainda, que a Inspeção da IGAL, elaborou o relatório preliminar, onde esta temática era abordada, em 02/08/2010, tendo a resposta da Câmara sido enviada e 14/09/2010, sendo que até ao momento não foi rececionado o relatório definitivo

Relativamente às questões colocadas, informo o seguinte:

P1. Se o Corpo de Bombeiros Profissionais de Abrantes tem capacidade para, em trabalho por turnos, assegurar, pelo menos, um elemento à central, dois elementos com credenciação ao INEM e mais três elementos ao piquete?

R. A resposta à pergunta formulada, é não, o corpo de bombeiros não tem capacidade para trabalhar por turnos contínuos.

O corpo de bombeiros, conta atualmente com 23 colaboradores efetivos:

- a. 13 Bombeiros profissionais
- b. 9 Assistentes operacionais
- c. 1 Assistente técnico em mobilidade interna (faz parte da Divisão Administrativa e de Modernização)

Destes colaboradores temos três bombeiros com operacionalidade reduzida, por força de restrições médicas, estando um deles com o pedido de aposentação próximo do deferimento.

Dos restantes 20 operacionais, 2 fazem parte do Comando (1 2º comandante e 1 adjunto)

De qualquer modo e apesar destas condicionantes, a questão colocada pelos senhores vereadores, foi amplamente discutida por mim próprio em reuniões com os colaboradores dos bombeiros, nomeadamente com o seu delegado sindical.

A proposta apresentada pelos colaboradores passava, precisamente, pela colocação em regime de turnos de todos os colaboradores dos Bombeiros. Foi-lhes explicado que essa proposta era inviável, pois tal regime com os efetivos existentes implicaria a realização de um número de horas anuais muito superior ao que a lei permite na administração pública.

Explicando:

Trabalhador da administração pública

7 horas diárias x 5 dias = 35 horas semanais x 52 semanas = 1820 horas de trabalho anuais

Deduzindo 25 dias uteis de férias = 25 dias x 7 horas = 175 horas

1820 – 175 = 1645 horas de trabalho anuais, deduzidas as férias a que têm direito

Proposta para trabalho por turnos nos bombeiros

6 Trabalhadores por turno x 4 turnos de 12 horas cada

Com este esquema daria uma rotatividade a cada equipa de 2 dias de trabalho e 2 dias de folga. No final do ano cada equipa faz 183 turnos.

183 x 12 horas = 2196 horas anuais

Se contabilizarmos a diferença, sem férias, teremos:

2196H - 1820H = 376 horas anuais, a mais, realizadas por cada colaborador

376H: 7H = 53,7 dias de trabalho anuais a mais

A proposta procurava resolver esta questão, através do pagamento de trabalho extraordinário das horas que cada colaborador efetuava a mais. O que lhe foi dito é que legalmente não temos forma de acomodar, um horário que implica o pagamento extra (25%) de subsídio de turno e de trabalho extraordinário.

AS
Q1

A este propósito vale a pena recordar o que dispõe o art. 160º da Lei nº59/2008 de 11/09, sobre o trabalho extraordinário, nos números 1 e 2.

"1 — O trabalho extraordinário só pode ser prestado quando o órgão ou serviço tenha de fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho e não se justifique a admissão de trabalhador."

"2 — O trabalho extraordinário pode ainda ser prestado havendo motivo de força maior ou quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para o órgão ou serviço,"

AP
C1

Acresce que esta proposta, mesmo que fosse viável legalmente, implicaria um acréscimo exponencial dos custos, uma vez que para além do acréscimo de 25% na remuneração de cada um dos 23 colaboradores, significaria o pagamento de 8646 horas extraordinárias anuais.

Por ultimo, acrescento que sendo as equipas constituídas por 10 elementos, os restantes 4 teriam de ser preenchidos por voluntários. Mas como o corpo de bombeiros não tem 24 elementos, para que completassem as 4 equipas teria de ser acrescentado mais 1 voluntário. Sempre que existissem baixas médicas e principalmente nas férias (lembro que cada um dos 23 elementos estará 5 semanas de férias) o número de voluntários teria de aumentar exponencialmente.

P 1.1 No caso da resposta ser afirmativa, por que razão não se implementou ainda o trabalho por turnos, tendo em conta que os dois elementos a reserva de INEM e os dois elementos ao piquete que faltam, podiam ser, perfeitamente, garantidos por voluntários ou contratados ao abrigo da atual Lei do Orçamento de Estado.

R. A resposta à pergunta anterior é negativa.

Acrescento no entanto que em relação à referência feita á possibilidade de contratação, nos termos do artigo 46º da Lei 64-B/2012 (OE 2012), o recrutamento tem de obedecer, cumulativamente, a 5 condições, sendo uma delas a obrigatoriedade de redução de trabalhadores até ao final do 3º trimestre de 2012.

P 2. Se existem bombeiros profissionais e/ou funcionários da autarquia a receber do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e do Protocolo de Constância?

R. Todos os colaboradores da Autarquia, que se voluntariaram para integrar as equipas do decif e as escalas de voluntariado estão a realizar serviços.

P 2.1. Em caso afirmativo, quantos se encontram nesta situação e se o pagamento está a ser declarado em sede de IRS, como a lei obriga?

R. Existem neste momento 4 colaboradores que se inscreveram para efetuar o decif, bem como os serviços de voluntariado. Acrescente-se a este propósito que os colaboradores com a categoria de assistente operacional e assistente técnico que prestam serviço nos bombeiros, estão obrigados, nos termos do esclarecimento prestado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, a efetuar serviço voluntário.

Quanto ao desconto para o IRS, os valores recebidos através do Decif, irão constar da declaração anual de rendimentos.

P 3. Tendo em conta que a lei não permite que funcionários da Câmara recebam de outra entidade pelos serviços que efetuam no exercício das suas funções, se existem bombeiros profissionais e/ou funcionários da autarquia nesta situação, ou seja, a receberem através do Protocolo estabelecido entre o Município e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância?

R. A Câmara Municipal de Abrantes, dispondo de um corpo de bombeiros misto que integra profissionais e voluntários e face à impossibilidade logística e financeira (conforme está explicado no protocolo aprovado por unanimidade em 07/05/2012 pela Câmara Municipal), explicada nos pontos 1 e 1.1, de garantir a presença de profissionais em todas as 24 horas diárias dos 7 dias da semana, celebrou um protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância, por forma a garantir os serviços das 20 horas às 07 horas nos dias úteis e aos fins de semana e feriados.

Como está referido no ponto 2.1, existem 4 colaboradores que se disponibilizaram para efetuar voluntariado.

Acrescento igualmente o disposto no art. 28º do DL 241/2007, que refere *“os bombeiros profissionais que integram corpos mistos e voluntários podem desempenhar funções, no mesmo corpo de bombeiros e como trabalho voluntário, para além das horas normais de trabalho, desde que essas funções se desenvolvam em situações consideradas de emergência”*.

P 4. Se pagamento aos bombeiros voluntários de Abrantes, que a Inspeção Geral Administração Local considerou ilegal, esta a ser feito através da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância, transferindo a Câmara mensalmente um montante de dinheiro para esta Associação para esse efeito?

R. A Câmara Municipal, conforme está explicado no ponto anterior, transfere mensalmente uma verba, por forma a assegurar as condições previstas no protocolo. O pagamento de compensações aos voluntários não é da responsabilidade da Câmara Municipal.

P 4.1. Quanto transfere a camara mensalmente para a Associação Humanitária de Bombeiros de Constância?

R. A Câmara Municipal transferiu nos meses Junho a Setembro de 7.100,00 €; 7.500,00€; 7.000,00€ e 5.000,00€ respetivamente. Este valor, varia mensalmente, conforme disposto na cláusula 4ª do protocolo.

Helder Rodrigues
Chefe de Divisão

PROTOCOLO MUNICÍPIO DE ABRANTES E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CONSTÂNCIA

AS7
el

ENTRE

O MUNICÍPIO DE ABRANTES, com sede na Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes, pessoa colectiva de direito público número 502 661 038, representada pela Presidente Maria do Céu Albuquerque.

E

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CONSTÂNCIA, com sede na Freguesia de Constância, concelho de Constância pessoa colectiva de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos, número 501158529, em diante designada por AHBVC, representado pelo Presidente António Manuel Lourenço Santos.

PREÂMBULO

Ao abrigo da competência da Câmara Municipal, designadamente da competência consagrada na alínea b) do nº4 do artigo 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, norma que estabelece a competência da Câmara Municipal em apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse social, cultural, desportiva, recreativa ou outra

E CONSIDERANDO QUE

- 1 A AHBVC é uma instituição de carácter voluntário e de utilidade pública sem fins lucrativos;
- 2 A AHBVC tem como missão principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes, náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável;
- 3 O socorro às populações assenta em corpos dos bombeiros, sendo estes a base para uma resposta ao nível local;
- 4 O estado da interpretação que se vem formando sobre o relacionamento da Câmara Municipal de Abrantes com os bombeiros voluntários do seu corpo de bombeiros, que obrigou a reponderar a gestão do serviço traduzindo-se em alguma redução da disponibilidade de pessoal para a prestação de actividades como bombeiro voluntário;

CS
X

5 O Município de Abrantes não tem meios para vir a arcar com mais encargos próprios de um corpo totalmente profissional;

6 O atual número de bombeiros compromete a missão principal dos bombeiros, no que respeita à protecção de pessoas e bens;

É celebrado o presente Protocolo entre o Município de Abrantes e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância:

CLÁUSULA PRIMEIRA//Objeto do protocolo

O presente protocolo tem como objeto a cooperação entre o Município de Abrantes e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância com as obrigações para cada uma das partes descritas nas cláusulas 2ª e 3ª do protocolo.

CLÁUSULA SEGUNDA//Obrigações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância

1 Compete à AHBVC prestar apoio às actividades integradoras da missão dos corpos de bombeiros, designadamente nas vertentes da protecção civil e socorro, de apoio a actividades desportivas, lúdicas ou outras de natureza idêntica e na ação de sensibilização, na área do Município de Abrantes, sempre em cooperação e conjugação com o comando do corpo de bombeiros mistos na dependência do Município de Abrantes.

2 Os apoios a prestar em concreto são definidos pelo comando do corpo de bombeiros de Abrantes.

CLÁUSULA TERCEIRA//Obrigações do Município de Abrantes

Compete ao Município de Abrantes apoiar e comparticipar no apoio às actividades desenvolvidas pela AHBVC ao abrigo da cláusula primeira, mediante a transferência mensal para aquela associação, que no mês de Maio é no valor de 7.100,00 euros.

CLÁUSULA QUARTA//Valor das mensalidades

O valor das mensalidades é objeto de revisão mensal, coincidindo o termo deste prazo com a data da renovação automática do protocolo, se não houver denúncia de qualquer das partes com a antecedência de 15 dias.

CLÁUSULA QUINTA//Entrada em vigor

O presente protocolo entra em vigor a partir de 7/5/2012 e renova-se automaticamente por períodos de um mês, caso nada seja dito pelas partes, mantendo-se o valor das mensalidades anteriores.

CLÁUSULA SEXTA//Denúncia

O presente protocolo extinguir-se-á com a denúncia de qualquer das partes, com a antecedência de 15 dias, sendo convencionada a notificação por fax ou carta registada.

CLÁUSULA SÉTIMA//Disposições finais

1 As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre os outorgantes;

2 No decorrer da vigência do protocolo poderão ser introduzidas alterações ao mesmo, mediante acordo das partes;

AS

CS

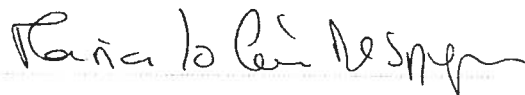
CS
X

O presente Protocolo é constituído por três folhas e vai ser elaborado em duplicado, valendo qualquer um dos exemplares como original.

E porque ambas as partes contratantes estão de acordo com o seu clausulado, vão assiná-lo.

Abrantes, 07 de Maio de 2012

A Presidente da Câmara Municipal de Abrantes



Maria do Céu Albuquerque

O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância



António Manuel Lourenço Santos



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
DE CONSTÂNCIA

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/10/22

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
07.03	01001018	2010/01/08				CRISTOVAO MARTINHO AMARAL RUA DO MOINHO cm00017336	demolição anexo BARROQUEIRA S.MIGUEL DO RIO TORTO 2012/10/10 - Arquive-se nos moldes propostos.	12000308	DES	2012/10/11
06.01	08000228	2008/04/15	LICOB	08001209	2008/04/15	ANTONIO SILVERIO DA NATIVIDADE ARCO CCI 6207	construção Moradia e anexo RUA DA QUINTA DA FETA, 1039 ARCO	12000306	DES	2012/10/04
05.03	09000272	2009/06/29	LICOB	09001164	2009/06/29	MANUEL RODRIGUES FONTINHA ESTRADA NACIONAL 118 N°1548 PEGO	2012/10/02: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	12000318	DES	2012/10/12
06.03	10000217	2010/05/27	LICOB	10000940	2010/05/27	MARIA CLARA DE JESUS GONCALVES REAL RUA VASCO SANTANA EDIFICIO HORIZONTE, 3 - 2.º DTO	11.10.2012: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	12000307	DES	2012/10/11
06.01	10000225	2010/06/01	LICOB	10000969	2010/06/01	JOSE MATOS DUARTE RUA J. BARATA, N° 65 ÁGUA TRAVESSA	legalização Arrecadação Rua Jose Barata Água Traversa	12000309	DES	2012/10/11
05.01	10000348	2010/08/25	RJE	10001703	2010/09/23	MANUEL CONDE HELENO AV° DOS COMBATENTES GRANDE GUERRA N° 18 1°	2012/10/10: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	12000310	DES	2012/10/11
							ampliação moradia Largo da Estrada Velha, n° 20 Pego			
							2012/10/10: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRje ***

21
AS7

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/10/22

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
17251/2011	04.10.2011	128134712 / CM1340	Lucia de Matos Marques Freire Estrela / Estrada do Cabrito, nº 682 - Rossio ao Sul do Tejo	Ampliação / Legalização de habitação, Rua do Cabrito, nº 682 - Rossio ao Sul Tejo	Despacho	04.10.2012	Deferida licença de construção
12812/2012	23.07.2012	107854350 / 14961	Ramiro Lopes Tapada / Rua Principal n.º 931 - Carreira do Mato - Aldeia do Mato	Construção de piscina, Rua Principal, n.º 981 - Carreira do Mato - Aldeia do Mato	Despacho	03.10.2012	Admitida Comunicação Prévia
11149/2012	20.06.2012	505138301 / 7245	F. do Vale, Lda / Rua de São Domingos, n.º336-2D - Abrantes	Construção de Muro de Vedação, Rua do Vale de Roubam, lote 1- Abrantes	Despacho	03.10.2012	Admitida Comunicação Prévia
2288/2012	01.02.2012	122161513 / 12333	Carlos Alberto Ribeiro Pires / Av.da Escola Nova 383 1º - Abrantes	Alteração de fachada de edifício, Av Escola Nova n º 383 - Abrantes	Despacho	03.10.2012	Aprovado projeto de arquitetura
2813/2012	09.02.2012	193297442 / 14229	Vitor Manuel Ferreira Fontinha / Rua Chã das Caldeiras,327 - Pego	Alteração de anexos, Rua Chão das Caldeiras, nº 37 - Pego	Despacho	03.10.2012	Deferido licença de construção
3308/2012	16.02.2012	188777628 / 7286	Luis Filipe Ferreira dos Santos / Rua das Caldeiras, n.º 51 - Rio de Moinhos	Ampliação / Alteração de moradia, Rua das Caldeiras - Rio de Moinhos	Despacho	03.10.2012	Admitida Comunicação Prévia
13385/2012	01.08.2012	10136374 / CM1995	Luis Pedro Soares Barralé / Rua de Angola, n.º 122 - Tramagal	Alteração, ampliação e Legalização de moradia, Rua de Angola, n.º 122 - Tramagal	Despacho	03.10.2012	Aprovado projeto de arquitetura
13486/2012	02.08.2012	125938802 / 3354	Leonel Jana Grilo / Rua de S. Jorge, n.º 14 - Concavada	Remodelação de habitação, Rua de S. Jorge, n.º 7 - Concavada	Despacho	03.10.2012	Aprovado projeto de arquitetura
5947/2011	27.04.2011	129435619 / 18737	Luis Manuel Ladeira Rego / Entre Serras - Mouriscas	Alteração de comercio e habitação, Casal da Igreja - Mouriscas	Despacho	15.10.2012	Deferida licença de utilização
3490/2012	20.02.2012	228331382 / CM1949	Marina Isabel de Palma Soares e Outro / Rua 24 de Julho nº 47 - Areia de Cima - Alvega	Demolição e Construção de Habitação / Rua 24 de Julho nº 47 - Areia de Cima - Alvega	Despacho	16.10.2012	Aprovado projeto de arquitetura
12555/2011	26.07.2011	218890524 / CM1099	Sérgio Miguel dos Santos Barralé / Rua do Casalinho, nº 141 - Crucifixo - Tramagal	Alteração / Ampliação de moradia unifamiliar, Rua Paralela à Estrada Principal, n.º 279 - Crucifixo - Tramagal	Despacho	17.10.2012	Deferida licença de construção
13838/2012	10.08.2012	233884190 / CM4670	Isabel Maria Batista Elmír / Largo 5 de Outubro, n.º 7 - 1º - Rio de Moinhos	Alteração e ampliação de habitação unifamiliar / Travessa das Conheiras, n.º 5 - Rio de Moinhos	Despacho	17.10.2012	Indeferido projeto de arquitetura
13138/2012	26.07.2012	148074723 / 18142	Francisco Maria António / Rua Machado dos Santos, n.º 25- R/C A E B - Parede	Alteração de habitação / Rua do Pereiro- Bioucas - Souto	Despacho	17.10.2012	Indeferido projeto de arquitetura

27